



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino-Serviço/CIES Estado - GO

Reunião: 2ª Assembleia Geral Extraordinária da CIES Estadual-GO

Data: 28/05/2019 Local: Sala 06 Horas: das 08h: 00min às 12h:00min

PAUTAS:

- ✓ **Acolhimento.**
- ✓ **Curso de Gestores Municipais de Saúde;**
- ✓ **Curso de Formação de Facilitadores para o Desenvolvimento de Projetos se Intervenção;**

INFORMES

- ✓ **Curso Básico Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador - 2ª EDIÇÃO para discente - Divulgação do edital nº 06/2019;**
- ✓ **Curso de Capacitação para Conselheiros de Saúde;**
- ✓ **Curso de Especialização em Gestão do Cuidado em Saúde com ênfase na Atenção Primária;**
- ✓ **Apoio da SEST /SUS na avaliação dos trabalhos da 16ª Mostra aqui tem SUS, promovida pelo CONASS E COSEMS;**
- ✓ **Parceria da SEST /SUS com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás (FAPEG) na avaliação dos resultados parciais das pesquisas contempladas na quarta edição do Programa Pesquisa para o SUS – Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS);**
- ✓ **Curso de Qualificação das 19 Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço - CIES;**

ATA

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e dezenove (28/05/2019), às 09h00min, na sala 06, na Escola Estadual de Saúde Pública “Cândido Santiago” – ESAP - Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS/SEST-SUS, aconteceu a 2ª Assembleia Extraordinária da CIES Estado-GO, com a presença dos membros da CIES Estadual, sendo técnicos da SES - Regionais de Saúde e Superintendências da SES, SEST, das SMS, Entidades formadoras, representantes de gestores municipais, Escolas de saúde pública municipal, Ministério da Saúde (SEINSF/NEMS-GO) e etc. **Edy-Lamar** fez o acolhimento dos membros, dando as boas vindas e fala das pautas que serão discutidas no dia. **Edy-Lamar** inicia falando do problema ocorrido com as Atas anteriores e que foi necessário fazer outras, mas que não era problema porque a CIES tem os áudios arquivados de todas as atas e sendo assim, foram feitas novamente e que precisavam ser assinadas novamente. Todos em unanimidade concordam em assinar. Fala da normativa da secretaria, de que para pegar certificados de especialização, a autorização tem que ser registrada em cartório. E isso dificulta bastante para nós da regional, porque como exemplo, diz que a autorização está em nome dela, e sendo coordenadora de educação permanente, ela diz que pertence ao quadro de servidores da escola. Assim como todos os coordenadores de EPS nas regionais, pertencem ao quadro de servidores da Escola. Pede que pensem sobre essa questão, que o coordenador de EPS, possa ter essa autorização sem que seja registrada em cartório, porque é trinta reais para fazer o registro, ele trabalha do meu lado na regional, ninguém vai ficar com o certificado de ninguém, nós temos a responsabilidade como coordenadora de PES e como servidora pública. Diz entender a normativa, mas gostaria que repensasse o assunto. **Kelli** fala que a gerência ao qual a secretaria

Rua 26 nº 521 – Setor Jardim Santo Antônio – CEP 74.853-070 – Goiânia –GO,

Fone: (62) 3201-3410 - Fax:(62) 3201-3409

e-mail: sest.cies@saude.go.gov.br; sest.gabinete@saude.go.gov.br

Ouvidoria: 0800 643 3700 e-mail: ouvidoria@saude.go.gov.br



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

agora é subordinada, é da Fabiana Lemos e que ela não sabe como ficou essa normativa, mas que ela vai se informar. **Edy-Lamar** fala que se não conseguir levar esses certificados, ela irá na superintendência falar sobre o assunto, porque não é questão de desrespeito as normas, mas é questão de lógica. Que não seja outro servidor da regional, mas o coordenador de EPS enquanto servidor da SES, pertencente ao quadro da Escola e da regional, seja responsável por pegar os certificados da sua região de saúde. Apenas que repense a situação. Fala também dos editais, que devemos pensar que uma pessoa pode ter mestrado e doutorado, mas muitas vezes não tem a expertise necessária para o curso que o edital está propondo. Às vezes é um curso da Vigilância, a pessoa tem mestrado e doutorado, mas não tem expertise em Vigilância, no tipo de curso que vai ser aplicado. E no seu entendimento, a pessoa não consegue prender esse aluno, porque não tem fundamento. Ela pede que quando o curso passar pela CIES, possamos nos ater a essa questão e pontuar um pouco mais essa questão da experiência do tutor. **Kelli** fala que a escola já está preocupada com a questão da experiência do profissional, não só o tutor, mas docentes e conteudista também., porque se ele trabalhar naquela matéria, ele tem muito mais condições de ar um feedback, de discutir, de dar opiniões se necessário. Fala da pontuação que foi mudada (invertida) para tutor e facilitador, ficou a mesma pontuação para mestre e doutor, enquanto para mesa de TCC, ficou a pontuação maior para doutor. **Elza** fala que faz tempo que não apreço o curso oficina técnica pedagógica em EaD. **Kelli** diz que não, o ano de 2018 foram oferecidos vários. Fala da carga horária de quarenta horas e que houve um curso de tutor de dezesseis horas e ela não sabia, e que eles tiveram o cuidado de tirar a carga horária, por causa dos recursos de quem havia feito o de dezesseis horas. Fala da formação contínua que passará na próxima CIES, tutoria, metodologia ativa e etc. , que são formações docentes que devem estar no cardápio de cursos da escola, pelo menos duas vezes ao ano. **Edy-Lamar** encerra essa discussão lê a pauta que será discutida e passa a palavra para apresentação da primeira pauta sobre o **Curso de qualificação para Gestores de Saúde**. Passa a palavra para Sirlene que apresentará o curso no lugar da Madalena. **Sirlene** se apresenta dizendo que no novo processo de adaptação da escola na nova estruturação, ela trabalhava com a Madalena, mas que está em outra área, mas, como conhecedora do projeto e como acompanhou a execução da outra edição, veio fazer esse favor de apresentar o curso. Fala para todos ficarem bem a vontade em fazer as perguntas durante a apresentação. Fala que depois vai falar um pouco da edição 2017 e que preferiu não apresentar junto nos slides para não ficar confuso. O curso é para os gestores do Estado todo, e que a proposta é uma aproximação conceitual a cerca das diretrizes e princípios do SUS, além de aperfeiçoar a capacidade de gestão frente às responsabilidades e desafios para realização das políticas públicas de saúde, no âmbito municipal do Estado, falamos em políticas públicas no âmbito municipal e regional. É necessário que o gestor entenda toda parte teórica da gestão, e possibilita as discussões das atividades do exercício da sua função a nível municipal, estadual e federal porque quando falamos em políticas, falamos em diretrizes. E foi aprovado em junho de 2017. Fala de um curso da FIOCRUZ, excelente, que não foi voltado apenas para gestores e que teve uma repercussão no Estado de Goiás muito boa. Tentamos resgatar uma época, mas não deu certo, ele era para gestor e assessor técnico. A principio, a gente entende que a gestão não é só o secretário, e que as pessoas que trabalham com ele é o alicerce. Ele passa, mas é necessário que o assessor saiba e entenda sobre a gestão municipal. A meta é



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino-Serviço/CIES Estado - GO

qualificar duzentos e quarenta e seis gestores municipais de saúde do Estado de Goiás no exercício municipal no âmbito do SUS. Fala dos critérios de inscrição, gratuita e deverá ser feita pela internet, como todos os cursos promovidos pela escola. Fala que além do projeto, o edital vem para organizar a forma de ingresso, porque com o FORMSUS, temos toda documentação necessária. Fala da forma de anexar os documentos na plataforma, porque essa forma de gestão com a diminuição de papel é um avanço para a escola. Fala da metodologia com a proposta semipresencial, com carga horária estendida para oitenta e quatro horas, sendo vinte e quatro horas presenciais e sessenta em EaD. Com seis turmas com cerca de trinta e cinco por turma seguindo a instrução normativa da escola. Fala da concessão de vagas também para os municípios que já fizeram a primeira edição. O curso em EaD, é um curso relativamente barato, na PAS ele estava previsto apenas para cento e oitenta, quando fizemos o levantamento financeiro, daria para atender os duzentos e quarenta e seis, mesmo que o gestor já tenha feito, porque não dar oportunidade para um assessor? Seriam dois facilitadores por turma, nos encontros presenciais e em EaD um tutor por turma. Nos encontros presenciais, parte do princípio que o gestor já tem um conhecimento, e não poderia ser um tutor apenas com perfil de EaD. Porque ele pode dominar a questão de material, mas às vezes não domina a questão do planejamento e nem do financiamento que será discutido no presencial. Também pode-se pensar em outras metodologias, como aulas gravadas e etc. Serão quatro encontro presenciais com oito horas cada. Ficaram muitos encontros, por isso precisamos da opinião de vocês, o último encontro é com o TCM, mas a ideia é trabalhar o conteúdo na plataforma e fechar no encontro presencial. Fala da Matriz curricular, fala que a ordem dessa matriz pode ser mudada. E com essa metodologia, ficam quatro encontros presenciais e na primeira edição do curso, notamos que os gestores tem muita dificuldade de participar de aulas presenciais devido ao excesso de compromisso. **Eugênio** pergunta se é centralizado ou descentralizado. **Sirlene** fala que é descentralizado. **Eugênio** diz que os prefeitos gostam de flexibilizar também a questão do horário e que ser descentralizado facilita. **Sirlene** fala que a questão das seis horas é justamente para dar um tempo de deslocamento mais abrangente. **Edy-Lamar** pede para os membros pontuarem suas questões e após a apresentação se discute todas as dúvidas. **Sirlene** fala da proposta de em julho passar pelas outras instâncias e verificarmos se tem realmente esse interesse, porque não adianta a escola propor uma qualificação mesmo que seja importante, se os gestores não tiverem interesse. Fala das datas dos editais que seria em agosto e do início e termino do curso e certificação em janeiro. Fala da fonte financiadora é do recurso da EPS - FUNGESP. Fala do valor do curso nove mil oitocentos e setenta e dois (9.872,00) e do custo por aluno de quatrocentos e um e cinquenta e um reais (401,51). **Sirlene** fala que da edição de 2017, foram inscritos cento e trinta e oito e certificados oitenta e oito. Fala do gasto com a primeira edição e diz que o curso não foi feito nas Macrorregiões e devido à alimentação e hospedagem o custo ficou mais alto. Fala que a modalidade foi presencial e a carga horária de sessenta horas. Eram trinta e seis horas teóricas e vinte e quatro horas de atividades problematizadoras realizadas nos municípios. **Carlos** pergunta se vai regionalizado novamente. **Sirlene** diz que não, que vai ser nas Macros. **Edy-Lamar** pergunta se tem algum questionamento. **Eugênio** diz que deve-se refletir, porque é muito importante a escola ter no cardápio da escola essa qualificação dos gestores, e do controle social. Fala das vagas oferecidas aos gestores e aos assessores técnicos. Fala de abrir para o assessor técnico onde aquele gestor não participa, abre um



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

precedente para ele não participar mesmo. Fala que acha interessante o novo formato do curso. **Edy-Lamar** fala que geralmente, esse assessor técnico, é um comissionado que o acompanha, e que quando o gestor sai, ele também sai e o conhecimento vai com eles. **Sirlene** pergunta para o Eugênio se sua proposta é que onde o secretário fizer o curso, o assessor também faça? Bem, ai teremos que ver se tem recurso para isso. **Eugenio** pergunta também sobre o fato da certificação, o curso vai ser apenas uma atualização? Fala que hoje a realidade não é mais como antes, os gestores hoje, tem qualificação, uma quantidade interessante com curso superior. **Edy-Lamar** fala que devemos discutir as vagas, com assessor ou sem assessor. **Elza** dá os parabéns para o conteúdo do curso, fala que alguns gestores da sua região que já fizeram o curso anterior, diz que ano que vem é ano de eleição, mudanças acontecem, o curso termina em novembro, janeiro e fevereiro nada acontece, diz não saber se esse seria o momento de ofertar esse curso. Mas que seria interessante no início de 2021, porque já pegaria os gestores novos. Fala também que não viu no projeto a questão de hospedagem, porque independente de ser um dia apenas, os municípios são em sua maioria nas Macros, muito distantes e não dá para ir e voltar no mesmo dia. **Edy-Lamar** fala que os projetos são enviados e que as pessoas precisam ler os projetos para discutirem nas assembleias. **Elza** diz que leu o projeto e viu hospedagem apenas para o tutor. **Sirlene** diz que não tem hospedagem e que é Macrorregional. **Elza** diz que ai que é pior ainda, as distancias são grandes. **Edy-Lamar** diz que eles têm um cartão corporativo. **Risos.** **Elza** fala que a coisa está séria na região dela, que as prefeituras estão começando a funcionar apenas meio período para diminuir gastos. **Edy-Lamar** pergunta então se são apenas as duas coisas que a Elza coloca: hospedagem e época do curso? **Elza** diz que sim. **Welita** do COSEMS se apresenta e fala que participou do último curso de gestores como uma demanda do COSEMS, achou muito interessante e também achou que eles participaram muito, diz que hoje eles estão muito mais imponderados, mais participativos, mais interessados. Diz concordar com o Eugênio, que o assessor sai com o gestor quando o mandato acaba. Ela diz que acha que esse curso teria que ser anual e no início do ano, porque eles saem muito fortalecidos desse curso. Sugere uma mudança na metodologia, ela diz que achou um pouco cansativo para eles, devido a várias agendas. Talvez pensar em algo mais atrativo, mais dinâmica, que prendesse mais a atenção deles. Não tem problema para o apoiador ser repetitivo, porque ele está muito próximo dos gestores. Seria um apoio motivador para eles. **Edy-Lamar** diz que não tem lembrança se no PEEPS, fala algo se esse curso é anual ou biênio e etc. Diz não ter a lembrança se ele está contemplado no PEEPS. E diz que pelo que ela entendeu a solicitação da próxima edição não é do COSEMS. Diz que na edição passada, abriu-se o edital três vezes para conseguir os gestores, porque eles não queriam fazer as inscrições. Diz lembrar da Dra. Irani ficar correndo atrás das coordenações e pedindo empenho para conseguir essas inscrições. E então se consegue cento e trinta e oito inscrições em 248 municípios e apenas oitenta e oito se certificam. Perdemos cinquenta pelo caminho. **Edy-Lamar** pergunta se de fato eles querem ser qualificados. Diz ter sido muito difícil prender os gestores. Diz que viu gente bater muita foto, dizendo que foi o máximo, mas ela diz que pra ela não foi o máximo. Não conseguiram juntar região sul com Catalão e não conseguiram, tentaram centro sul e central também e não deram conta. Era a Kenia, ela, **Edy-Lamar**, o Adênio e o Severo como tutores e nem teve turma para dar pro Severo. Ela diz que teve muita dificuldade. Diz ter achado os gestores que ela era tutora, desinteressados, desmotivados, porque



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

eles queriam propostas, resultados e não tinha. Eles perguntavam as coisas e a gente não podia dar a resposta, porque o Estado não tinha a resposta, porque o Estado é um parceiro orientador e ordenador de serviço, ele não executa. E quando vai executar lá na ponta, a história é outra, a pessoa te trás um tanto de dificuldade que não tem como resolver. E eles queriam soluções. Eles queriam levar respostas, tinha alunos que sabiam muito mais que os tutores, eles trazia os problemas, muitos processos e problemas judiciais. E havia muita troca de informações, porque alguns tinham passado por algum problema semelhante e outros ainda não. E precisamos fazer com que eles tenham o desejo de aprender e para isso precisamos de uma metodologia que prenda o gestor. E queria saber o que o COSEMS acha disso hoje, é viável, a gente vai conseguir? Hoje não são mais 246, são 154 gestores. Tirando os que já saíram e entraram outros, vamos ofertar na realidade para gestores umas 180 vagas. No entendimento dela, assessor não deve fazer, porque eles não querem efetivos fazendo o curso porque os assessores diretos são comissionados. Diz que quando ela recebeu o projeto, ela pediu para que a Madalena levasse para CIES essas respostas da edição anterior, de quantos concluíram e etc. **Welita** fala de quem sabe convidar pessoas de outras instâncias para serem tutores, para temas mais solicitados, como a Judicialização, colocar no cronograma uma pessoa para discutir isso com eles. Pode buscar parceiros para isso. **Edy-Lamar** diz que a turma que encheu na edição passada foi apenas a do TCM. **Sirlene** fala que foi discutido com o COSEMS esse projeto, avaliamos e estamos aqui, somos todos servidores voltados para o mesmo objetivo. Nós temos uma planilha que mostra que o gestor veio num encontro e faltou no outro e assim sucessivamente. Eles não foram aprovados por frequência. A proposta é também de vários encontros presenciais e pode acontecer isso novamente, discutimos com o COSEMS em 3 ou 4 reuniões, porém, diz que poderia pensar em alguma aulas, vídeo aulas, não precisa dessa quantidade de encontros. Isso pode ser uma alternativa, porque sabemos dessa dificuldade, e outras metodologias, com encontros maiores. Fala que foram no CES, para divulgar o edital de conselheiros, eles estavam sediando um encontro macrorregional com pessoas com expertise na área de financiamento. Trazer a nível nacional pessoas de referência, o que vai de encontro ao que alguém aqui falou. Então assim, com menos encontros, talvez até centralizado, porque vocês disseram que o do TCM ficou lotado. **Kelli** fala que a gente tem que lembrar com relação ao que foi falado do período de início do curso, é que eles ainda vão ter o semestre inteiro e o ano que vem, a gente sabe que a rotatividade desses gestores é grande, e é impossível capacitar todos eles no mesmo período, porque eles trocam de meses a meses, a rotatividade é muito grande. O curso foi pensado com metodologias bem ativas nas aulas presenciais. Vai ser realmente bem prática as aulas presenciais. Com dois professores e com metodologias ativas de exercícios práticos para o gestor entender o que faz com as situações reais do dia a dia. Não existe mais o curso teórico, estamos trabalhando muito a prática. Fala do levantamento que foi feito no estado e que tem 39 municípios com financiamento errado e desses, 10 tem o IDH pior do estado. Nós estamos preocupados em levantar dados e saber o que fazer e como fazer e como ajudar. Diz que não é um curso que a escola está propondo, ele foi discutido muito com o COSEMS em várias reuniões. Não temos como pagar essas pessoas que vem do MS, mas vamos convidar e sabemos que eles vem com gosto para nos auxiliar em algumas questões. Temos visto isso na prática com o curso de gestão, nós convidamos o melhor da regulação a pessoa que montou a regulação no Brasil, e ele vai estar aqui



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

sem custo nenhum, a única coisa que ele solicitou é que buscássemos ele em Brasília, e ele vem sem hora aula ele vai bancar estadia e vem sem custo nenhum. Essas contribuições com parcerias, estamos conseguindo trazer para as aulas. Fala que acha um curso muito pertinente e que não podemos simplesmente descartar ou deixar de fazer, porque o gestor precisa entender o que ele está fazendo, ele precisa entender o que ele tem e o que ele faz com aquilo. São trinta e nove municípios, com muita verba que não foi gasta, porque eles não sabem como fazer. Ele com dinheiro para ajudar a população e não sabe o que fazer e o dinheiro parado. Precisamos pensar o que fazer com esse curso na prática para ajudar esses municípios. **Edy-Lamar** diz que talvez fosse o caso de dar prioridade a esses municípios. **Kelli** diz que já foi feito o levantamento. **Edy-Lamar** propõe que se não der inscitos, que não tenha a correria da edição passada. Deu, bem. Não deu, não faz o curso. **Eugênio** fala que o gestor não tem compreensão de região de saúde e que precisamos trazer a compreensão disso para eles. Fala que a questão da metodologia e tudo mais; é um processo e que estamos avançando. Acha que ainda não vai ser para esse curso, o formato e etc., mas que estamos aproximando, se transformamos as necessidades que saem da tutoria e transformar em diálogo, e trazer isso pra SEST essas necessidades, estaremos realmente fazendo EPS. Fala das CIRs esvaziadas, fala dos vinte seis municípios, mas que de gestores comparecem seis ou sete no máximo. A sala fica lotada, mas, de representantes e ter os gestores presentes, é uma dificuldade, porque eles não tem noção de região de saúde. **Kelli** fala que para contemplar esses municípios que o gestor já fez, ele não vai querer fazer novamente o curso. Diz que talvez possamos dar essas vagas dos gestores que já fizeram o curso, dos oitenta e oito, para indicarem assessores. **Edy-Lamar** fala das recomendações: garantir hospedagem além da alimentação caso o curso seja Macro ou no nível central. **Kelli** fala do corte de verbas do Estado, que custou manter a coordenação de EPS até final do ano, e na tentativa de firmar ano que vem essa coordenação no quadro permanente. Diz que a questão de hospedagem, nas reuniões do governo, eles falam que precisa ter contrapartida do município. Para o município não receber tudo de graça, que ele não valoriza aquilo que ele não paga. Ele confirmam e não vem, as vezes nem confirma, mas o Estado tem que arcar com o que foi reservado e as pessoas estão desperdiçando recursos do Estado porque não tem que pagar nada do próprio bolso. **Edy-Lamar** fala que o maior problema do Estado, nem é pagar o que não vem, mas pagar o preço que é cobrado, porque pagar cinquenta e cinco reais numa refeição que na verdade foi gasto apenas dez é revoltante. **Kelli** fala que o município precisa ter a responsabilidade pela sua formação, capacitação, o Estado já esta oferecendo tudo isso para ele, no mínimo dar sua contrapartida de deslocamento ele teria que dar. Diz que poderíamos até discutir essa questão de diária, mas esse assunto tem sido discutido no Estado e a resposta é sempre a mesma, tem que ter contrapartida. **Edy-Lamar** diz que deslocamento eles já fazem por conta deles, sempre foi a contrapartida do município o deslocamento, do Estado era a alimentação e estadia, e com isso, vamos ter a parte mais difícil que é o convencimento desses gestores de fazer esse gasto, porque não tem atração nenhuma para eles aderirem a essa capacitação. **Edy-Lamar** pergunta se devemos fazer as recomendações, ou aceitar o curso da forma que está? Diz saber da fala da atual gestão da contrapartida dos municípios, mas primeiro teremos que fazer com que eles entendam isso. **Madalena** fala que participou de uma construção de um curso, que na época era enviado o convite, o COSEMS, ligavam para todos, eles confirmavam e não apareciam, e o Estado tinha que arcar com



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino-Serviço/CIES Estado – GO

as despesas. **Kelli** fala que eles não tem responsabilidade com o dinheiro do governo, porque se tivesse uma forma de cobrar deles, eles não fariam isso. **Edy-Lamar** fala que a recomendação para o dia, conforme o curso apresentado, é que as coordenações da CIES se reúnam para discutir o projeto para resolver a questão da metodologia, conteúdo e outras questões que possam surgir na reunião e fazer a recomendação a CIB. **Edy-Lamar** aproveita a fala da reunião para apresentar aos membros a troca de titular da coordenação pedagógica da CIES que era a Carla, que não poderá mais e colocar em substituição a Rosemary Simiema da SUVISA, que é pedagoga. Pergunta se todos estão de acordo. Todos dizem que sim. **Edy-Lamar** fala então que a CIES se reunirá para fazer as recomendações e que após a reunião os coordenadores presentes definem o melhor dia para essa reunião. E após essa reunião a CIES envia recomendação para CIB. Explica que quando um projeto passa pela CIES a recomendação é para a CIB, e mandamos cópia aos interessados, que nesse caso é a SEST-Gabinete e ao COSEMS. **Sirlene** pergunta se a reunião vai acontecer apenas com a CIES ou vai ter algum representante. **Edy-Lamar** diz que será convocado um ou mais representantes, Madalena, Kelli, Rafaela ou outra pessoa indicada. **Kelli** agradece também a disponibilidade em atender a demanda de levantamento em que ela solicitou, referente aos tabletes que os ACS, se usam, se não usam, quem tem, quem ainda não tem, foi fonte de onde, do MS, dos municípios, particular e etc. Diz precisar saber a instrumentalização dos agentes, para saber como usar esses instrumentos. **Edy-Lamar** diz que esse levantamento deveria ter sido feito quando foi proposto o curso do ACS, não apenas de tabletes, mas que equipamento o agente tem pra fazer seu trabalho. Diz que a CIES lutou muito para que isso acontecesse e acabamos sendo voto vencido. Esse mesmo levantamento que foi feito agora, a gente precisa que tivesse sido feito quando iniciou o curso de ACE/ACS, porque eles não tem essa ferramenta para trabalhar, para estudar e isso foi uma das grandes dificuldades encontrada na época. Esse teria que ser um dos critérios para se iniciar o curso no município, os que tivesse equipado corretamente com as ferramentas necessárias, equipamentos e internet. Mas fomos voto vencido, porque era plano de governo. **Kelli** fala que tem discutido com o MS sobre equipar todos os ACS. **Kelli** inicia sua fala sobre as propostas de cursos contínuos oferecidos pela escola. São cursos que precisam ser oferecidos pelo menos duas vezes no ano, mas precisa que instrumentalize as pessoas para poder desenvolver algumas habilidades que são necessárias para os cursos. E queremos mudar a cara de todos os cursos, no sentido de metodologias ativas, transformação, praticas para os conteúdos. E com isso a primeira proposta hoje, e pensando também no edital lançado, nesse curso específico, vamos precisar de vinte e sete facilitadores para as oficinas de PI, e quem for facilitador do projeto de intervenção, vai orientar dez alunos. Então vão ser duzentos e setenta alunos que precisaram de vinte sete orientadores de TCC. E com isso vamos precisar que todos tenham habilidades estratégicas no plano situacional e projeto de intervenção. Quando fizemos essa pesquisa e verificamos que não temos esses profissionais com essas habilidades. E como vamos atender o curso sem essas habilidades? E a única forma é fazendo formação. E pelo menos duas vezes ao ano, para que as pessoas que se interesse venham e levem para sua região planejamento estratégico situacional. Não é fechado e nem ligado a um curso, vai ser aberto ao interessado em fazer planejamento estratégico situacional na sua região e propor projetos de intervenção baseado na sua realidade. Então trazemos essa proposta, como proposta contínua. E o PI para quem não conhece, ele nada mais é do que pratica de planejamento estratégico



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

situacional, em que se alia teoria com a prática ou o mundo do trabalho com aprendizagem ao mesmo tempo. E com isso, se desenvolve capacidades de intervenção e transformação na realidade, até porque se discute com os atores sociais envolvidos, na própria equipe de trabalho. Não é algo pensado somente pelo aluno, é algo que ele leva para a sua equipe e discute junto com a equipe o que é melhor, o que é necessário. **João** diz que resumindo é integração ensino-serviço na prática. **Kelli** diz que assim consegue sair dos cursos de Educação continuada e vai para efetivamente Educação Permanente, quando se coloca a pessoa no local de trabalho discutindo com a equipe. O PI, nada mais é que uma proposta de ação, a partir da identificação dos problemas e necessidades baseados nos fatores de risco determinantes de cada localidade. Então a ESAP propõe por meio das grades curriculares o curso para formação e desenvolvimento de projetos de intervenção. A intenção é despertar espírito crítico dos discentes e atender as diferentes demandas de transformação e desafios diários no campo de trabalho. Ela diz que não é a mesma proposta do Sírio Libanês, a proposta foi adaptada para ensino-serviço, porque a proposta do Sírio é toda em sala de aula, o aluno pensa o projeto, o grupo de aluno decide, os atores sociais são os alunos, tudo é meio virtual praticamente, a gente pensa individualmente com um grupo de aluno. O da ESAP tem um período de dispersão que vai na prática de trabalho, discute com os atores sociais e trás o projeto de intervenção, que é real. O objetivo é capacitar docentes, orientadores de trabalho de TCC e demais profissionais interessados em se qualificar no desenvolvimento de PI. A meta é capacitar vinte profissionais semestralmente através da oferta contínua no desenvolvimento de PI, e o número de turma poderá ser alterado de acordo com a demanda, porque às vezes naquele ano poderá ter mais curso e precisa de capacitação, então a ESAP pode fazer essa oferta. Os critérios de ingresso é o processo seletivo para docentes e facilitadores e orientadores de TCC cuja grade curricular contemple o PI. E sobrando vagas remanescentes, será preenchido por outros profissionais. Esse ano, provavelmente não será possível abrir para outros profissionais (público) por causa dos quarenta que teremos que formar para esse projeto, porque são duas turmas anuais, mas ano que vem será aberto ao público porque não tem projeto específico. Mas se acontecer de chamar os quarenta e eles não quiserem, ai teremos vagas disponíveis para poder ofertar, ai poderemos ofertar por região. **Eugênio** pergunta quem serão essas quarenta pessoas. **Kelli** responde que são as quarenta pessoas do curso Gestão do cuidado. Chamaremos quarenta pessoas e desses quarenta, vinte e sete imediatamente. Os egressos deverão apresentar níveis técnicos e habilidades para orientar e desenvolver PI. As pessoas que fizerem vão estar capacitadas para fazer essa orientação. A modalidade é presencial, porque as discussões são intensas. Com carga horária de sessenta horas, com cinquenta presenciais e dez dispersão. E número de turmas será uma por semestre, com vinte cursistas por turma. Por ser metodologia ativa, tem que ser no máximo vinte alunos por turma. Horário das oito as dezenove horas com intervalos de uma hora para almoço e a periodicidade dessas aulas será na ESAP inicialmente, depois, se melhorar o recurso de deslocamento a gente pode conseguir levar para as regiões, mas inicialmente será na ESAP. A duração será de três meses, no primeiro mês vinte horas com dois dias seguidos, segundo mês mais vinte horas e no terceiro mês dez horas, para a gente conseguir fazer essa dispersão para ir ao local de trabalho e trazer o problema real. Ela diz que o curso não é apenas para quem está fazendo especialização, porque a proposta é para aqueles que não estão fazendo especialização também consiga resolver os

problemas lá na realidade de cada um. Além de formar no curso contínuo, possam discutir na prática. Que possam levar o PI para ser executado lá na região. Fala da matriz curricular, fala como será a avaliação de aprendizagem, fala do treinamento de planejamento estratégico para que o aluno consiga realmente pensar sobre causas, consequências, nó crítico e etc. Que o aluno traga um produto real e aplicável. Fala das médias que serão de zero a dez. Nota mínima de sete para aprovação. Fala da carga horária, fala que pensou em 100%, mas que precisa de uma certa flexibilidade pela dificuldade, e a gente entende isso. Assinatura de lista de frequência, ao final farão uma avaliação instrumental regional da oficina, uma auto avaliação por meio de questionário do FORMSUS. Fala da fonte financiadora FUNGESP, fala do custo, fala da necessidade de muito material para as oficinas. É um projeto ousado, é o piloto da ESAP e que estamos acreditando muito e temos o apoio da superintendente para mudar a realidade com esse projeto. Fala da necessidade de dois professores por turma nas oficinas, o coordenador do curso, fala também da produção do material didático. Diz esperar depois do curso gestão do cuidado, que tenha bastantes relatos de implementação das praticas. Diz que a ideia é ir à região e pactuar junto com o gestor que o aluno possa implementar junto com sua equipe o PI. Kelli encerra a apresentação e pergunta se tem alguma pergunta. **Rosemary** parabeniza a ESAP pela iniciativa e diz que só temos a ganhar com os futuros cursos. **Elza** fala da pagina nove sobre o quadro docentes. Fala do requisito de “experiência comprovada como docentes nesta **instituição ou outra de ensino superior**”, ela pergunta se para ser tutor nessas duas primeiras oficinas, será apenas esses dois casos. **Kelli** explica que para ser tutor dessa oficina, como é a primeira, não tem como abrir para ampla concorrência, porque a prerrogativa tem que ser para quem planejou. É uma coisa singular, foi adaptado para prática o projeto do Sírio Libanês, a execução é diferente, a proposta é diferente, a estratégia é outra, tem a política envolvida, tem uma serie de situações que não tem no Sírio. E a proposta é que o conteúdo seja feito por essa equipe organizadora do curso, e que as duas primeiras oficinas, também seja por essa equipe, para formar pessoas para conduzir as outras. E para conduzir as outras, a pessoa tem que ter feito planejamento estratégico situacional em outra instituição de ensino superior ou ter feito uma formação daqui e ter sido monitor em uma delas. **Edy-Lamar** fala que abre uma brecha quando fala experiência comprovada como docente nessa instituição, ela entende que não são as pessoas apenas desse casa (escola), ela por exemplo tem curso nessa instituição, mas não está lotada aqui. Formação nessa instituição. **Kelli** fala que quem fizer como exemplo a gestão do cuidado, já vai ter a formação nessa instituição. Para que seja tutor, apenas precisa ser monitor em mais uma, porque uma coisa é ser discente, outra é ser docente. Monitor se pratica docência. Ai se tem as duas habilidades, conhecimento e prática. Ai se está habilitado para fazer as próximas oficinas. Então poderemos abrir para edital, porque teremos um número de pessoas formadas. **Edy-Lamar** diz que mesmo que eles tenham pensado no território, abriu brecha para outros com formação na instituição. **Kelli** fala que muitos fizeram no Sírio e não podemos descartar essas formações como teórico, mas a prática de monitor tem que ser daqui. Nós vamos formar vocês para que vocês tomem conta do processo. **Edy-Lamar** pergunta se tem ou não alguma recomendação. Não há recomendações, então Edy-Lamar segue com a pauta, passando a palavra para Nivea para falar sobre o curso de Vigilância Sanitária segunda edição. **Nivea** se apresenta, e fala que está na reunião hoje para apresentar a segunda edição do curso **Vigilância Sanitária, Ambiental e Saúde do**



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado - GO

Trabalhador - 2ª edição. Onde já houve o edital para docentes, já estão com as pessoas selecionadas, e agora estão no período de inscrição dos discentes. São seiscentas vagas, e queremos ter o máximo de participantes nesse curso, é um curso em EaD. Passa a palavra para a coordenadora do projeto que é da SUVISA, Liliane. **Liliane** aproveita para apresentar a nova coordenadora de educação e comunicação da SUVISA, a Sonia. Diz que ela assumiu recentemente e que vai fazer parte da equipe de Vigilância e da CIES também. **Liliane** inicia sua apresentação falando que o curso é uma segunda edição e que inclusive a Rose fez parte da primeira edição. **Rose** diz que sim. **Liliane** diz que o curso já foi pactuado nas instâncias. Fala que o curso dá toda a condição e conhecimento para a pessoa que já está trabalhando nessa área ou que queira trabalhar. Esse conhecimento é em todas as áreas que envolve vigilância em saúde. Fala do objetivo que é capacitar profissionais que atuem na área de vigilância em saúde municipal e estadual. Fala dos profissionais que atuam, mas não tiveram qualificação necessária e que precisam se qualificar. Fala dos objetivos específicos. **Soraia** pede a palavra e pergunta se essa apresentação do curso é projeto ou apenas informe, porque ele foi enviado para CIES como PAUTA de curso e não informe. **Liliane** diz que é **informe**, mas que ela está apresentando para conhecimento daqueles que não sabem do projeto. Queremos apenas sensibilizar para atingir a meta de qualificação. Fala do Pré-requisito para fazer o curso. Fala das distribuições das vagas. Fala que mesmo que tenha as vagas já especificadas, não quer dizer que uma região tem uma demanda maior, não possa ser atendida. As vagas podem ser redistribuídas, a princípio vai tentar priorizar o que está no projeto. Fala da modalidade em EaD. Fala que até queriam fazer algumas aulas presenciais, mas como o projeto já havia passado nas instâncias, não poderia ser mudado, mas para as próximas edições podemos estudar a possibilidade de mudar e até acrescentar um PI, quem sabe. Fala das turmas que são dezoito. Foram selecionados através de edital contendo vinte e cinco tutores. Fala dos requisitos. Fala dos módulos, e diz que todas as áreas que o fiscal de vigilância atua, vão estar presente nesse curso. Fala do cronograma do curso e da previsão de início e término. **Rose** fala da sua experiência na edição passada e que gostou da ideia de tudo ser no link do FORMSUS, fala da possível dificuldade de alunos que não conseguem anexar documentos e outros esquecem e depois não sabem como fazer para anexar outro documento. São pessoas que já são fiscais, mas que tem essa dificuldade e vieram até a mim para pedir ajuda. Tem que estar atento, porque no edital fala que tem que ser documento único e PDF, então tem que digitalizar todos os documentos em um só documento. Porque se esquecer um documento, não tem como colocar outro. Tem que ligar aqui, cancelar a inscrição e fazer tudo de novo. Isso vai ser um problema. **Haline** da secretaria escolar fala que em relação a inserção dos documentos, quando ele faz a inscrição, o discente, recebe no e-mail um comprovante com um número de protocolo e um link. Ao observar que os documentos não foram enviados da forma correta, ele abre esse link, apaga toda a documentação que ele inseriu e coloca a documentação correta. **Nívea** pergunta se mesmo terminada a inscrição se ele pode fazer isso. **Haline** diz que não. Mas se durante o período de inscrição ele pode consertar os documentos. **Sônia** pergunta, gravei a minha inscrição, mas ainda não enviei, posso voltar e arrumar o erro? **Haline** diz que sim. **Nívea** diz que tentou fazer isso com algumas pessoas e não deu certo. Eles não conseguem retomar o protocolo e fazer essa correção, em alguns casos tivemos que cancelar a inscrição feita, colocar observação que eles não conseguiram retomar a inscrição e fazer novamente do início. Podemos



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

estar reforçando que eles podem fazer isso. **Haline** diz que esse e-mail pode cair na caixa de spam e o aluno nem consegue achar esse e-mail e nem o link. **Liliane** pergunta se nesse e-mail tem a informação que ele pode fazer essa correção? **Haline** diz que não se lembra dessa informação. **Júlia** diz que tem sim. “Caso necessite de alguma alteração em sua inscrição, clique aqui:” **Haline** fala que é só ele abrir o link que vai dando a sequência para ele fazer o que ele precisa, mas se encerrar o período das inscrições, aí não tem como mudar nada mais. **Edy-Lamar** pede para Haline fazer um manual com essas informações e enviar para os coordenadores, pede para não ser uma coisa muito difícil, porque tem pessoas que tem facilidade, outras não. Uma coisa que a pessoa estando sozinha, só ela e a máquina, seguindo o manual ele consiga fazer sozinho. **Edy-Lamar** encerra a pauta e pede para que todas as vezes que forem apresentar uma segunda edição de um projeto de curso, que traga algumas informações da primeira edição, como quantidade de concluintes, desistentes e etc. Sônia pede a colaboração de todos para a adesão a esse curso e fala da possibilidade de continuidade de um projeto intervenção, uma vez que existem muitas solicitações de prática nos processos de vigilância. E a maioria dos fiscais são comissionados e a gente treina o fiscal e depois ele sai, porque é uma rotatividade grande. Devemos pensar em como vamos fazer para que os fiscais sejam efetivos, tem que passar pelo curso de capacitação em fiscalização, porque agora tem uma portaria 168/17, que determina que uma das condições seja que ele tenha o curso de fiscalização e esse projeto de intervenção é uma solução, diz que também participou do curso do Sírio Libanês e sentimos falta desse PI para a aplicabilidade no local de trabalho. Diz que eles tem tido muita solicitação de cursos, mas com prática. Ela diz que fala que eles precisam conhecer a teoria para saber como funciona, para que depois possamos fazer essa prática. Edy-Lamar fala que gostaria de fazer uma colocação em relação a esses cursos que vem para CIES como 2ª edição. Pede como encaminhamento que: **Que a medida que qualquer superintendência pedir pauta de projetos para 2ª edição que tragam para apresentar na CIES o resultado da 1ª edição: O que aconteceu na primeira, quantas pessoas conseguiram capacitar, se tiver dados se esse profissional está trabalhando na área de qualificação.** Precisamos saber se estamos aproveitando isso que estamos fazendo, porque já existe uma segunda edição e não sabemos se a primeira foi satisfatória. Porque a CIES tem o papel de monitorar, de avaliar e não conseguimos fazer isso. É até uma forma depois, o coordenador de educação permanente chegar para o gestor e falar: “olha, tem uma pessoa aqui que fez o curso tal e o senhor está com alguém que não fez, vamos aproveitar ele dentro da sua função, ou numa reunião, para que ele possa estar colaborando e avaliando o trabalho feito”. Diz que o sonho dela na CIES é conseguir fazer esse monitoramento. Não conseguirmos respostas e ver os resultados daquilo que a gente faz é muito ruim. Se fazemos um trabalho para o trabalho, ele tem que melhorar, se o trabalho melhora o usuário fica satisfeito, temos o resultado, temos o trabalhador satisfeito porque agora ele tem conhecimento e capacidade. **Rose** fala que tem uma demanda interna de um curso para segunda edição. **Edy-Lamar** fala para ela fazer e mandar para a Soraia, que ela dispara para todos analisar. **Elza** fala das coordenações de EPS dos municípios, fala que não recebe informação de ninguém das outras superintendências quando tem cursos. **Edy-Lamar** fala sobre o PAD que não caiu no contracheque em maio. Fala também que a Jaqueline Bento, que não está presente aqui na reunião hoje, pediu para ele falar sobre a reestruturação das coordenações de EPS. Edy-Lamar pede para Kelli marcar uma reunião



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado - GO

com os coordenadores, porque a CIES não pode resolver isso, porque são coisas separadas, a gente fala muito de coordenador de EPS, porque essas demandas a gente precisa encaminhar para o coordenador de EPS, ele está aqui, envolvido na CIES, porque eles são parte do processo, mas precisamos de uma reunião dos coordenadores com a SEST-GESAP, para a gente colocar tudo que se refere a EPS, mas as coordenações são da SEST, essa demanda é dos coordenadores e não da CIES. **Elza** fala que as Superintendências manda curso direto para os municípios e nem ficamos sabendo. Precisamos acertar o fluxo. **Kelli** fala que a SEST, já está procurando uma pessoa para ficar de referencia para os coordenadores aqui na escola, para que vocês não sejam demandados por várias pessoas, uma ficará de referencia. **Júlia** fala que precisamos mesmo de ter essa pessoa de referência na escola, mas o que a Elza está falando é outra coisa, ficamos sabendo que vai haver uma qualificação de regulação na nossa região e não foi passado por nós e nem pela escola. É isso que estamos falando. Precisamos criar um fluxo para essas demandas. **Kelli** diz que é claro que vão tentar resolver isso, mas precisamos esperar a nova estrutura ser aprovada para fazer algo. **Kelli** diz que vão criar todo um fluxo, onde o próprio município vai informar às ações que o estado está fazendo, em que eles estão sendo contemplados e etc. **Edy-Lamar** fala que até a incerteza dessas coordenações de EPS está comprometendo o trabalho, se vai ficar apenas até final de 2019 ou se vai ter também em 2020. **Edy-Lamar** fala que aproveitando as meninas da SUVISA que estão na reunião, fala que a CIES precisa muito do pessoal da saúde do trabalhador, do CEREST. Esse pessoal faz parte das ofertas de cursos, e eles não estão contribuindo com a CIES, precisam contribuir. Ela diz que na CIES da região dela, tem CEREST que atende cinquenta e cinco municípios. Pede ao pessoal da SUVISA uma ajuda para trazer esse pessoal para CIES. **Rose** fala que para pactuar, tem as ações de saúde do trabalhador em vigilância, então tiveram que capacitar pessoal do CEREST para atuarem, mas aqui na CIES está faltando mesmo esse pessoal. **Liliane** pergunta se é para participar desse espaço aqui, nas reuniões, **Edy-Lamar** responde que sim. Eles não participam, e a gente acaba vendo ações isoladas do CEREST. **Kelli** pergunta se querem que a reunião com os coordenadores de EPS, coincida com a reunião da CIES. **Edy-Lamar** diz que estão tendo problemas de controle de combustível, e que as viagens não estão sendo liberadas, se puder ser melhor. Inicia-se uma discussão sobre o dia da próxima reunião da CIES, devido a CIB ter mudado seu calendário, coincidindo com o dia da CIES. **Elza** fala que as reuniões da CIES estão coincidindo com as CIRs e que ela não está podendo vir. **Soraia** fala que a CIES tem um regimento a seguir, e no regimento diz que as reuniões da CIES devem ocorrer na última semana do mês. **Edy-Lamar** passa a palavra para o **Marcelo**. **Marcelo** se apresenta. Diz estar à frente da educação popular em saúde, fala em caráter informativo o curso para Conselheiros de Saúde. Fala da coordenação do curso que é a Tânia Valéria e Kárita, fala da lei 8142 que prevê participação da comunidade dos conselhos de saúde. Trouxe os conselhos de saúde integrado a figuração institucional do SUS, criando espaços colegiados. O curso já está aprovado pela resolução CIB 135/2018, o objetivo é capacitar os conselheiros de saúde com competências essenciais ao desempenho das suas funções de forma a aprimorar essa capacidade institucional de contribuir com efetividade no controle social. Fala das metas e vagas, que serão três mil vagas, distribuídas nas regiões de saúde. Fala do público alvo que são os conselheiros, e no caso de vagas excedentes, poderá ser oferecido ao trabalhador ou membros das sociedades civil organizadas ou representante



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

de alguma entidade. A formação que faz a paridade dos conselhos. Fala dos critérios de ingresso, ser titular ou suplente, ser trabalhador da saúde, ser usuário ou membros de algum movimento da sociedade civil organizada e ter dezoito anos completos na época da inscrição homologada. Fala da modalidade que é presencial e descentralizada, carga horária de sessenta horas, são setenta e cinco turmas, quarenta alunos por turma e dois professores por turma. Fala da carga horária dos componentes curricular, totalizando carga horária de sessenta horas. Fala do cronograma para docentes de vinte nove de maio a dezessete de junho de dois mil e dezenove, discente de vinte de junho a vinte de julho e a previsão de início é agosto de 2019 e término em abril de 2020. Fala do novo ramal de acordo com a nova estrutura da escola, e se coloca a disposição para perguntas e contribuições. **Ivana** do Núcleo Estadual do MS, fala que sabe que já está pactuado o curso, fala da capacitação que fizeram no mês passado para capacitação de instrumento de gestão, fala das dificuldades dos conselhos, fala da grade curricular, das cinco horas para as aulas de instrumento de gestão, ela diz achar muito pouco essa quantidade de horas e para uma próxima edição poderia aumentar. Porque tem que discutir os instrumentos de gestão em si, e a análise. Fala que esse é um grande gargalo nos conselhos. Diz que tem muita coisa parada, porque os conselheiros não conseguem fazer resolução de aprovação. **Marcelo** fala que a contribuição dela foi de suma importância, diz que acata a solicitação e para uma próxima edição podemos aumentar essa carga horária. Mas a intenção esse curso, não é formar um especialista, mas fazer a capacitação desse conselheiro. Para aprovar esse curso, nós sentamos com o conselho Estadual, discutimos e saímos de lá com essa formulação, mas estamos abertos às contribuições. **Ivana** fala que a primeira turma vai dar esse termômetro para a escola. **Kelli** diz que esse curso é uma primeira aproximação dos instrumentos que ele precisa para desempenhar seu trabalho. Existem outros curso, que o CES disse que ensina eles trabalhar com financiamento, planejamento, que são específicos que eles promovem internamente, e chamam pessoas do MS que aprofunda isso. Mas essa aproximação que eu tenho como o todo, o que temos que olhar? Nesse primeiro curso, teremos que fazer essa aproximação para que ele entenda todo o processo de controle social, o próprio conselho disse que não era necessário aprofundar nesse momento, ai em um segundo momento vamos discutir se a escola vai fazer esse aprofundamento ou se o conselho quer fazer essa interface de um controle mais de perto por causa das necessidades diárias de cada um. **Ivana** fala que no momento ela deu a sugestão para se pensar na proposta, porque tem sido um grande gargalo. **Cintia** do MS fala que como eles fazem esse acompanhamento e vemos as necessidades e monitoramos esses instrumentos de gestão e vemos essas dificuldades, e a legislação exige, ela dá prazo, e quando se conversa com o CES ele fala pra nós que ele não tem capacidade para isso. **Kelli** fala que esses conselheiros, não tem noção de controle social, vamos dar a eles essa noção, depois vamos ver se aprofundamos numa edição posterior. **Kelli** fala que como é metodologia ativa, vai surgir as necessidades e vamos ter que contorná-las. Ela fala que a escola fez todo o projeto, mas ele está sendo avaliado pelos técnicos do MS. **Rose** pergunta sobre os custos. **Marcelo** fala que essa apresentação foi em caráter informativo, que a planilha de custos foi apresentada quando o projeto foi discutido e aprovado. **Rose** quer apenas saber se existe limitação de recursos, se é por isso que a carga horária é essa. **Marcelo** responde que sim, tínhamos um recurso de 928 mil quase 929 mil para fazer os três mil e então tentamos adequar por causa da logística dos professores. Não podemos entrar com conteúdo muito



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado – GO

pesado para uma pessoa que não sabe nada, temos que ir devagar. **Elza** fala que foi tutora varias vezes no curso de conselheiros, e acho muito bom porque eles acabam se sentido mais apoderados, porque aos poucos eles vão aprendendo a importância de ser conselheiro. Ela também pergunta sobre a quantidade de candidatos que a região dela tem, muito além das sete turmas, se por acaso não cobrir as vagas de outra região se pode ser oferecido para a região Sudoeste I, fala que essa demanda é deles e de Jataí. E com relação a carga horária, tem mesmo que ser mais reduzida porque os conselheiros trabalham. **Marcelo** dia que tem condições sim de remanejar as vagas. **Edy-Lamar** pergunta pelas vagas se estão distribuídas por região. **Marcelo** diz que sim. Edy-Lamar encerra a pauta do Marcelo e passa a palavra para a próxima pauta da Fernanda. **Fernanda** se apresenta como gerente de pesquisa e inovação. Diz que a superintendente solicitou que ela fizesse dois informes na CIES, é que a SEST SUS via gerência de pesquisa realizou apoiando tanto o COSEMS quanto a FAPEG, a primeira foi a avaliação dos trabalhos da 16ª MOSTRA BRASIL AQUI TEM SUS em BSB promovido pelo CONSEMS e COSEMS. Ela diz achar que os municípios viram esse edital de experiências exitosas. Essa parceria foi muito boa e a escola pôde apoiar esse processo. E a outra parceria é de apoio e Fundação de amparo à pesquisa de Goiás – FAPEG, na avaliação dos resultados parciais das pesquisas contempladas no programa PESQUISA PARA O SUS. Pergunta se já ouviram falar no PPSUS, Pesquisa voltada para o SUS, é uma estratégia que vem do MS associados aos CNPq juntamente com todas as FAPEGs, fundação de amparo as pesquisas de todos os estados, a nossa chama FAPEG. Junto a esses três entes trabalham para descentralizar os recursos na área de pesquisa. Ao invés do MS lançar o financiamento Nacional, ele lança regional. Porque participa os pesquisadores de Goiás. De dois em dois anos a FAPEG lança esse edital, para selecionar pesquisas e ao longo desses dois anos, o pesquisador precisa apresentar o resultado parcial e depois o resultado final. A SES foi chamada para fazer parte dessa banca de avaliação e sete profissionais aqui da escola se dispuseram a participar, sentar na banca junto com doutores de universidades para dar o olhar do SUS para aqueles projetos. Eles têm que entregar um produto que venha fazer diferença no SUS do Estado. E nós fomos parceiros, nossos colegas da SEST foram e estou aqui trazendo esses informes para vocês. Fernanda diz que logo terão mais informações sobre a gerencia de pesquisa de assuntos que vão conduzir, termina os informe e devolve a palavra para Edy-Lamar que passa a palavra para Madalena. **Madalena** fala que está à frente da coordenação de Educação e gestão em saúde da escola e estou aqui para informa que o edital do curso de especialização em gestão do cuidado em saúde com ênfase na atenção primária está aberto, edital numero sete, especialização para duzentos e setenta alunos, e está aberto o edital para docente. São cinquenta e quatro vagas que serão distribuídas entre tutores, conteudista, facilitador de PI e orientadores de TCC. **Edy-Lamar** fala que esse projeto quem trouxe foi à doutora Rafaela. **Madalena** fala do período de inscrição, lembra a forma de colocar no FORMSUS os documentos em arquivo único e PDF compactados, pela quantidade de documentos exigidos. Ele tem que comprovar o quadro de titulação que tem, então fica muito pesado o arquivo para o FORMSUS. Fala do público alvo, servidor público vinculado ao SUS, na esfera estadual e municipal de Goiás preferencialmente efetivo e com início previsto para novembro. Quarenta vagas para facilitador de PI, sendo vinte e sete chamada imediata, nove vagas para tutor e conteudista, fala que ela será uma das coordenadoras do curso, fala do ramal para entrarem em contato, fala o ramal da coordenadora



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino-Serviço/CIES Estado – GO

pedagógica do curso Sanzia, e diz que qualquer dúvida estará a disposição de todos. **Ivana** fala que gostaria de contribuir muito com a escola nesses cursos, diz que tiveram restrição para se inscrever, apesar de estarem na esfera federal gostaria muito de contribuir com a escola. Fala que tem um colega terminando doutorado em vigilância, seria uma pessoa excelente para contribuir, temos outra colega da saúde metal e etc. Diz que gostaria de saber se para esse curso existe essa restrição também? **Kelli** fala que existe uma restrição de legislação, as pessoas do nível federal precisam estar a disposição da secretaria do Estado. Mas estamos trabalhando para tentar reverter essa lei, porque não conseguimos fazer o pagamento. **João** fala que quando o caso é do município para o estado, tem um mecanismo de transferência para o gestor municipal e o gestor paga o servidor municipal (docente). Mas o servidor da esfera federal, não tem como fazer essa transferência. O problema é apenas financeiro. Questão de pagamento. **Rose** pergunta: Diz que viu no edital que a especialização tem que ser em saúde pública e? **Kelli** responde que é saúde da família, saúde coletiva. Essas pessoas que fizeram essas especializações, estão dentro da área do curso. **Rose** pergunta: Gestão de sistemas não? **Kelli** diz que não de conselheiros. Diz que estão focando em algo de maior qualidade, mas se não encontrar pessoas suficientes com essa formação, é claro que vamos para outras formações. **Edy-Lamar** passa a palavra para Haline da secretaria escolar para falar sobre a questão tratada antes sobre a entrega de certificados apenas por procuração reconhecida em cartório. **Haline** fala que certificados de pós graduação só seriam retirados aqui na secretaria, mediante autorização autenticada em cartório. Porque antes, a escola não certificava curso de pós graduação, a UEG certificava. E a UEG cobra o valor de 45 reais pela segunda via do certificado, fora o deslocamento da escola para ir buscar essa segunda via. Então foi instituído essa normativa, justamente para evitar perdas, esse desgaste. Não existe nada em regimento, falando que tem que ser registrado em cartório, por isso, poderia abrir para que fosse uma declaração simples, porém essa declaração deve conter algumas informações: O nome da pessoa que vai retirar o certificado, CPF e falando que está ciente que caso haja algum problema, ela será responsabilizada pelas despesas pela segunda via. Ai sim, a escola poderá entregar o certificado para a pessoa autorizada, no caso o coordenador de EPS. **Edy-Lamar** pergunta se a responsabilidade é apenas até o indivíduo receber na região e assinar o livro, depois disso a pessoa não tem responsabilidade nenhuma mais com aquele certificado. **Haline** corrige a pergunta de Edy-Lamar, dizendo que a pessoa dona do certificado é que tem que assumir o gasto caso o certificado venha se perder. Quem vai fazer a autorização é o aluno, então ele vai se comprometer a pagar as despesas caso o certificado desapareça e não chegue ao destino. **Eugênio** fala que essa coisa de pagar é redundante, porque o aluno já paga mesmo pela segunda via. **Soraia** fala pro Eugênio que mesmo que seja redundante, é questão para a pessoa que está buscando, se resguardar perante o aluno. **Edy-Lamar** encerra a pauta da Haline e fala sobre a próxima pauta que é o curso da CIES. Fala que o curso estava em andamento e houve um problema com a coordenadora do curso, a Adriana, problemas de saúde do esposo e outros problemas e ela não pôde continuar com a coordenação e ela como presidente da CIES teve que assumir a coordenação já no 2º módulo. Ela diz que propôs parar o curso por algum tempo para que ela pudesse entender tudo que estava acontecendo. E parando poderia ter a revisão de algumas coisas e no EaD nada é rápido, tudo requer um certo tempo. Então ela diz que o curso estará reabrindo na plataforma hoje as 14 horas. Ela pede o empenho dos coordenadores para trazer

os alunos de volta ao curso, para que nenhum se perca. O curso parou, porque a Adriana não estava conseguindo continuar, mas agora já está novamente na plataforma. Pede para disparar e-mail, ligar, fazer todo o possível para que quem começou o curso e fez o 1º módulo, continue. Diz que a Ruth pediu uma pequena fala, agradece as representantes do MS pela presença, pede para que elas envie um e-mail de indicação para membros, diz que elas vão contribuir muito na CIES Estadual. Passa a palavra para Ruth, e a **Ruth** fala da dificuldade dos ACS, fala das inscrições que não foram homologadas, fala que eles não tem curso de informática básica. Fala que pensou nesse assunto para ser discutido na escola, um curso de informática para ACS/ACE. Pode até ter um módulo em algum curso, mas eles precisam mesmo é de um curso separado de informática básica, porque muitos não sabem nada. Fala também que na região dela, os enfermeiros queriam fazer o curso segurança do paciente, mas ai ligaram no MS e lá eles informaram que esse curso era apenas para técnicos e auxiliar de enfermagem. Pergunta se não existe a possibilidade de pensar em um curso desse para Enfermeiros. **Júlia** diz que já existe um curso aqui da escola, que foi passado pelo CIES sobre esse tema. Nivea fala que já estão pensando em montar um núcleo de segurança do paciente entre a SUVISA e ESAP e esse curso é voltado para esse público alvo, os enfermeiros. Nós estamos em fase de discutir o projeto, planejamento e etc., vai ser ainda este ano. **Edy-Lamar** fala que a CIES pede para cada CIES regional, levantar as necessidades da região, se o problema é apenas naquela região, precisa procurar resolver cada um os próprios problemas. Esse problema é comprovado, promova a CIES regional um curso, se vai precisar de pessoal capacitado daqui, solicita, faz o projeto contemplando quais são os municípios, envia pra escola etc. Porque tem pessoas nas regionais com capacitação. E depois traga para a CIES Estadual como experiência. Para que nós possamos fazer essa promoção dentro da CIES Estadual, precisamos estar com essa demanda dentro do PAREPS do PEEPS. Vocês lembram o quanto de curso nós, o Eugênio e eu temos feito nas nossas regiões? Porque é uma dificuldade da Região ou de um município ou muitas vezes de território ou de uma unidade de saúde. Agora por exemplo ela está promovendo curso para auxiliar de serviços gerais. Para saber sobre limpeza, produto utilizado, EPI e etc. Dentro da nossa regional mesmo tem servidor do estado em serviço gerais que vai limpar um chão de chinelo, enquanto o da empresa terceirizada usa botinha. Estamos promovendo agora deia doze, treze e quatorze, são três turmas, mas é uma deficiência da região sul. **João** fala que a escola existe para dar apoio nessa área. Deve solicitar a superintendência e ela vê de que forma pode ajudar a resolver essa demanda. **Miriam** fala que na região dela eles estão fazendo um levantamento da capacitação necessária e estamos levando para o gestor para ele ver quais os servidores estão precisando capacitar. Edy-Lamar diz que para complementar, diz que não podemos cobrar que pessoas como os ACE/ACS saibam trabalhar com informática, quando ele é contratado pede apenas curso fundamental, ninguém fala para ele que ele vai precisar de informática básica nos cursos que ele terá que fazer. Nós temos agente de saúde com especialização, mas temos a maioria aquele que tem apenas o curso fundamental, lá da zona rural que tem até medo do computador. Não temos como exigir, a gente tem que dar condição para que ele faça um trabalho bem feito a contento. Precisamos pensar nisso, porque é um público que tem muitas deficiências. Fazer esse procedimento que estão exigindo, de inserir inscrição no FORMSUS e documento de agente de saúde, isso é o fim, vocês não tem noção do que é isso pra eles, inserir documento compactado em um só documento e no celular. Risos. Ai



SES
Secretaria de
Estado da
Saúde



Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS
Comissão de Integração Ensino- Serviço/CIES Estado - GO

acaba tendo uma perda enorme de inscrição, porque dá tantos inscritos e tantos indeferidos. **Edy-Lamar** encerra sua fala, agradece mais uma vez a representante do COSEMS e do MS fala da pactuação da nova data da próxima reunião devido ao choque de datas com a CIB, porque a CIB mudou sua data para o dia 25, as pessoas falam que precisa ser um dia que coincida também com a vinda para CIB para aproveitar o carro. **Edy-Lamar** fala da planilha feita na regional dela e que se todos fizerem dá certo e acaba que tem sua viagem garantida. Diz ter todas as viagens garantidas, tutorias, dengue, CIES e etc. Nessa planilha coloca o valor do combustível de ida e volta. Diz que aceitou essa desculpa, mas que não vai aceitar mais, porque é só programar. Então é pactuado para o dia 26/06/2019 e nada mais havendo acrescentar, encerra-se a reunião as 11h:45min e após se transcrever a Ata será enviada ao membros para aprovação e sendo aprovada será por mim assinada, seguida pelos demais participantes da Assembleia.

Soraia Guimarães

Soraia Guimarães

Edy-Lamar Borges de S. Sousa

Engênio Licio Vieira

Maria Aparecida Barbosa Reis

Wilkiane M. B. de Sá

Júlia Beatriz Damasceno Rangel de

Juliana Gonçalves de Oliveira

Clébia B. Sales

Milomir dos Reis

Jose Felipe dos Reis

Carlos Ant. M. S.

Carolina - Suissa

Paulete S.R. Nogueira